

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.373 - SP (2019/0075640-1)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO PAULO - IPESP**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORES : RENATO BARBOSA MONTEIRO DE CASTRO - SP329896**  
**LEANDRO GUEDES MATOS - SP329025**  
**AGRAVADO : ARTHUR CIVOLANI LUI**  
**AGRAVADO : ARTHUR DE GASPERI**  
**AGRAVADO : ARTHUR MARIANO DA CILVA**  
**AGRAVADO : ARY ANTONIO TODARO**  
**AGRAVADO : ARY BUENO**  
**AGRAVADO : ARY DE ABREU**  
**AGRAVADO : ARY ROSA CASIMIRO**  
**AGRAVADO : ARY VICENTE**  
**AGRAVADO : ASSIS RODRIGUES DE SOUZA**  
**AGRAVADO : ASSUMPTA M. RANALI MEIRELLES**  
**AGRAVADO : ASSUMPTA SGUILLAR**  
**AGRAVADO : ASSUMPTA ZAMPRONIO DEPETRI**  
**AGRAVADO : ATHAIR DOS SANTOS SZAUTER**  
**AGRAVADO : ATHAYDE TASSINARI DE CAMARGO**  
**AGRAVADO : ATILIA DOS SANTOS BRAGA**  
**AGRAVADO : ATILIO DOMINGUES G. ZELLI**  
**AGRAVADO : ATILA MARQUES BARBOSA**  
**AGRAVADO : ATTILIO TILIO**  
**AGRAVADO : AUAD ATALA**  
**AGRAVADO : AUBERINA FERREIRA N. ANTIQUERA**  
**AGRAVADO : AUDETE ANZELOTTI CRUZ**  
**AGRAVADO : AUGUSTA ARRUDA CORREA**  
**AGRAVADO : AUGUSTA CORREA GODOY**  
**AGRAVADO : AUGUSTA DA SILVA SOUZA**  
**AGRAVADO : AUGUSTA PEDROSO EVANGELISTA**  
**AGRAVADO : AUGUSTA PEGORARO PELEGRINO**  
**AGRAVADO : AUGUSTINHO CORREIA**  
**AGRAVADO : AUGUSTO ALVES DOS REIS**  
**AGRAVADO : AUGUSTO CESAR BRANDÃO DOS REIS**  
**AGRAVADO : AUGUSTO DE SOUZA REBOLA**  
**AGRAVADO : AUGUSTO DOS ANJOS LOURENÇO**  
**AGRAVADO : AUGUSTO FERREIRA LISBOA**  
**AGRAVADO : AUGUSTO LANDGRAF**  
**AGRAVADO : AUGUSTO MIELLI TRIGUEIRINHO**  
**AGRAVADO : AUGUSTO SEBASTIÃO ROCHA**  
**AGRAVADO : AUGUSTO VISCOVINI**  
**AGRAVADO : AULO VIRGINIUS JUDICE**

AGRAVADO : AUREA MARIA POLONI  
AGRAVADO : AUREA ROCHA SANTOS  
AGRAVADO : AURELIANO MUNHOZ  
AGRAVADO : AURELIO DA SILVA ROCHA  
AGRAVADO : AURELIO MADEIRA  
AGRAVADO : AURELIO ZANARDO  
AGRAVADO : AUREO DUTRA DE BARROS  
AGRAVADO : AURORA BARBOSA MOLINARI  
AGRAVADO : AURORA BASTOS XAVIER  
AGRAVADO : AURORA BERNARDO PRINCIPESSA  
AGRAVADO : AURORA BUENO  
AGRAVADO : AURORA DA SILVA CUNHA  
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365  
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800  
ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela IPESP – INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO contra decisão do Tribunal de Justiça daquela unidade federativa, o qual não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 17):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA EM FASE DE EXECUÇÃO. Decisão vergastada que rechaçou a alegação de prescrição da pretensão executiva.

Manutenção. Título judicial de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde. Prescrição. Inocorrência. Não corre a prescrição enquanto não iniciadas diligências necessárias à liquidação do crédito resultante de sentença proferida em ação coletiva. Inaplicabilidade do julgamento proferido no REsp 1.388.000/PR (tema 877) por se tratar o “leading case” diverso. Decisão mantida. Recurso não provido.

No recurso especial obstaculizado, o recorrente apontou violação do art. 535, VI, do Código de Processo Civil, do art. 1º do Decreto 20.910/32 e do art. 3º do Decreto-lei 4597/42. Pugna pela aplicação do entendimento firmado pelo STJ no Recurso repetitivo 1.388.000/PR, que dispensa a divulgação do trânsito em julgado da sentença coletiva nos meios de comunicação de massa, conforme art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, para que se dê o início da contagem do prazo prescricional da pretensão executória individual.

Também sustenta que não há suspensão do prazo processual enquanto se aguarda o fornecimento pelo Estado das fichas financeiras para liquidação.

Contrarrazões às e-STJ fls. 39/63.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, tendo sido os fundamentos da decisão atacados no presente recurso.

Passo a decidir.

Deve-se consignar que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3/STJ).

Esta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.388.000/PR, submetido a regra de julgamento do art. 543-C do CPC/1973, firmou a tese de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/1990. Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INÍCIO DA FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL DA EXECUÇÃO SINGULAR. INÍCIO. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PROFERIDA NA DEMANDA COLETIVA. DESNECESSIDADE DA PROVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 94 DO CDC. TESE FIRMADA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA NO CASO CONCRETO.

1. Não ocorre contrariedade ao art. 535, II, do CPC, quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame, assim como não há que se confundir entre julgado contrário aos interesses da parte e inexistência de prestação jurisdicional.
2. O Ministério Público do Estado do Paraná ajuizou ação civil pública ao propósito de assegurar a revisão de pensões por morte em favor de pessoas hipossuficientes, saindo-se vencedor na demanda. Após a divulgação da sentença na mídia, em 13/4/2010, Elsa Pipino Maciel promoveu ação de execução contra o Estado.
3. O acórdão recorrido declarou prescrita a execução individual da sentença coletiva, proposta em maio de 2010, assentando que o termo inicial do prazo de prescrição de 5 (cinco) anos seria a data da publicação dos editais em 10 e 11 de abril de 2002, a fim de viabilizar a habilitação dos interessados no procedimento executivo.
4. A exequente alega a existência de contrariedade ao art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento de que o marco inicial da prescrição deve ser contado a partir da publicidade efetiva da sentença, sob pena de tornar inócua a finalidade da ação civil pública.
5. Também o Ministério Público Estadual assevera a necessidade de aplicação do art. 94 do CDC ao caso, ressaltando que o instrumento para se dar amplo conhecimento da decisão coletiva não é o diário oficial - como estabelecido pelo Tribunal paranaense -, mas a divulgação pelos meios de comunicação de massa.
6. O art. 94 do Código de Defesa do Consumidor disciplina a hipótese de divulgação da notícia da propositura da ação coletiva, para que eventuais interessados possam intervir no processo ou acompanhar seu trâmite, nada estabelecendo, porém, quanto à divulgação do resultado do julgamento. Logo, a invocação do dispositivo em tela não tem pertinência com a definição do início do prazo prescricional para o ajuizamento da execução singular.
7. Note-se, ainda, que o art. 96 do CDC - cujo teor original era "Transitada em

julgado a sentença condenatória, será publicado edital, observado o disposto no art. 93" - foi objeto de veto pela Presidência da República, o que torna infrutífero o esforço de interpretação analógica realizado pela Corte estadual, ante a impossibilidade de o Poder Judiciário, qual legislador ordinário, derrubar o veto presidencial ou, eventualmente, corrigir erro formal porventura existente na norma. 8. Em que pese o caráter social que se busca tutelar nas ações coletivas, não se afigura possível suprir a ausência de previsão legal de ampla divulgação midiática do teor da sentença, sem romper a harmonia entre os Poderes.

9. Fincada a inaplicabilidade do CDC à hipótese, deve-se firmar a tese repetitiva no sentido de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n. 8.078/90.

10. Embora não tenha sido o tema repetitivo definido no REsp 1.273.643/PR, essa foi a premissa do julgamento do caso concreto naquele feito.

11. Em outros julgados do STJ, encontram-se, também, pronunciamentos na direção de que o termo a quo da prescrição para que se possa aforar execução individual de sentença coletiva é o trânsito em julgado, sem qualquer ressalva à necessidade de efetivar medida análoga à do art. 94 do CDC: AgRg no AgRg no REsp 1.169.126/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 11/2/2015; AgRg no REsp 1.175.018/RS, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 1º/7/2014; AgRg no REsp 1.199.601/AP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 4/2/2014; EDcl no REsp 1.313.062/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 5/9/2013.

12. Considerando o lapso transcorrido entre abril de 2002 (data dos editais publicados no diário oficial, dando ciência do trânsito em julgado da sentença aos interessados na execução) e maio de 2010 (data do ajuizamento do feito executivo) é imperativo reconhecer, no caso concreto, a prescrição.

13. Incidência da Súmula 83/STJ, que dispõe: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". 14. Recursos especiais não providos. Acórdão submetido ao regime estatuído pelo art. 543-C do CPC e Resolução STJ 8/2008.

No caso, inexistente qualquer peculiaridade ou distinção a excepcionar a aplicação do posicionamento consolidado nesta Corte Superior, que tem recorrentemente aplicado a tese firmada no julgamento do REsp 1.388.000/PR às pretensões executórias fundadas em título formado em mandado de segurança coletivo. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO EDUCACIONAL (GTE). MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO. MARCO TEMPORAL. CONTAGEM A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO COLETIVA. 1. Cuida-se na origem de execução de sentença proferida nos autos de Mandado de Segurança Coletivo, no qual se reconheceu o direito dos autores à percepção da Gratificação por Trabalho Educacional/GTE.

2. No julgamento do REsp 1.388.000/PR, representativo de controvérsia, a Primeira Seção do STJ sedimentou o entendimento de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/1990.

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1.709.004/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 19/12/2017).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO (INDIVIDUAL) DE TÍTULO JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO *A QUO*.

1. Consoante pacífica jurisprudência desta Corte Superior, o prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento, momento em que o título executivo se torna líquido e certo, incidindo o princípio da *actio nata*. Precedentes.

2. No julgamento do REsp 1.388.000/PR, representativo de controvérsia, a Primeira Seção superou as divergências sobre o tema, ao definir que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n.

8.078/1990.

3. As Turmas da Seção de Direito Público do STJ decidiram que a prescrição da execução, assim como a prescrição da própria ação de repetição do indébito tributário, é de cinco anos, não havendo falar em prazo de dez anos (cinco mais cinco) (AgRg nos EDcl no AREsp 637.311/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 17/04/2015).

4. A pretensão executiva foi atingida pela prescrição, pois a execução da sentença foi iniciada em 20/06/2011, isto é, após cinco anos do trânsito em julgado do writ, em 28/02/2005.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.532.022/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/10/2016, DJe 02/12/2016).

No mesmo sentido, a seguinte decisão monocrática: REsp 1.819.451/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 27/06/2019.

Nesse contexto, julgado o tema pela sistemática dos recursos repetitivos, esta Corte Superior orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem retornar ao Tribunal de origem para que este faça o juízo de conformação, nos termos do que dispõe o art. 34, XXIV, do RISTJ, o qual estabelece, *in verbis*:

Art. 34. Compete ao Relator: XXIV \_ determinar a devolução ao Tribunal de origem dos recursos especiais fundados em controvérsia idêntica àquela já submetida ao rito de julgamento de casos repetitivos para adoção das medidas cabíveis.

Após realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para este Tribunal Superior, a fim de que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, com base no art. 253, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, para determinar a DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, a fim de que sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas no art. 1.040 do CPC/2015, conforme o caso.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator